

## Histórico Candidatura DLBC-99-2015-02-008 Versão 5

### Caracterização do Promotor

#### Aviso

<b>Código</b>	<b>Designação</b>
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 23/11/2015

#### Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

#### Eixo Prioritário

Não aplicável

#### Objetivo Temático

Não aplicável

#### Prioridade de Investimento

Não aplicável

#### Tipologia de intervenção

Não aplicável

#### Plano Estratégico

### Identificação do Promotor

<b>NIF</b>	<b>Nome ou Designação Social</b>
503426075	PINHAL MAIOR - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO PINHAL INTERIOR SUL
<b>Morada (Sede Social)</b>	LOTEAMENTO 7-PINHAL DE CIMA
<b>Código Postal</b>	<b>Localidade</b>
6100-661	SERTÃ
<b>NUT III</b>	<b>NUT II</b>
Médio Tejo	Centro
<b>Telefone</b>	<b>E-mail</b>
274600130	pinhalmaior@mail.telepac.pt
<b>Telefax</b>	

274600139

**URL**

**Tipologia de Beneficiário**

<http://pinhalmaior.pt>

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

**Identificação do Responsável Técnico da Operação**

**Nome Responsável**

Fernando Marques Jorge

**Telefone Responsável**

274600130

**Cargo Responsável**

Presidente

**Telemóvel Responsável**

969860785

**Serviço/Departamento**

Direção

**Email Responsável**

[pinhalmaior@mail.telepac.pt](mailto:pinhalmaior@mail.telepac.pt)

**Email Alternativo**

[geral@pinhalmaior.pt](mailto:geral@pinhalmaior.pt)

**Experiência da Parceria**

**Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento**

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

A confiança institucional, técnica e populacional verifica-se pela experiência e atuação da Pinhal Maior na gestão de vários programas e iniciativas.

#### PRODER

2012 - Implementação e coordenação dos “Quintais nas Praças do Pinhal” com realização mensal com vista ao escoamento de produtos excedentes provenientes da agricultura familiar (34 edições).

2008 - Subprograma 3 - Dinamização das Zonas Rurais, Medida 3.1. Diversificação da Economia e Criação de Emprego e Medida 3.2. Melhoria da Qualidade de Vida - gestão ao nível local, bem como receção, análise e aprovação de PA's em diversas áreas (turismo, património, PME's...), recebendo 250 PA's, 131 dos quais aprovados, e criando 212 postos de trabalho (meta: 200 novos postos de trabalho). De realçar que tivemos uma taxa de execução de 106%.

#### PROGRAMAS LEADER + E LEADER II

1996-2008 - Gestão ao nível local, receção, análise, aprovação e pagamento direto de projetos em diversas áreas (turismo, património, artesanato, PME, ambiente, cultura...), tendo sido aprovados 280 projetos e criados 162 postos de trabalho.

#### COOPERAÇÃO

A Pinhal Maior em parceria com diversas entidades prossegue no âmbito das Ações 3.4.1. Cooperação Interterritorial (CI) e 3.4.2. Cooperação Transnacional (CT), de que constituem exemplos:

- 2012 - 7 Maravilhas da Gastronomia (CI)
- 2012 - Portugal Rural (CI)
- 2012 - Qualificação do Turismo Ativo (QTA)
- 2012 - Tejo Vivo (CT)
- 2012 - Cooperar em Português (CT)

A Pinhal Maior em parceria com diversas entidades prossegue também no âmbito do Vector 2, Medida 1 - Cooperação Interterritorial e Medida 2 - Cooperação Transnacional, de que constituem exemplo mais relevante:

- 2007 - Valorização do Pinheiro Bravo (CI)

Nota: para uma descrição pormenorizada consultar anexo I.

#### CLDS

2012 - Projeto “AGIR” – Financiado pelo POPH e desenvolvido em parceria com o município de Proença-a-Nova, com o objetivo de promover a inclusão social dos cidadãos.

#### POPH

2008/2009 - Cursos de Formação para Inclusão: serralharia civil e cozinha/pastelaria, Candidatura ao POPH, Medida 6.1., com taxa de empregabilidade de 60%.

#### POR Centro

2006/2007 - Realização das ações de formação: Plantas Aromáticas e Medicinais; Produção de Cogumelos Silvestres, Gestão e Defesa Florestal; Higiene e Segurança Alimentar (2); Caprinicultura e Pintura Decorativa e Azulejaria, Medida II.8 do PORC apoiada pela CCDRC.

1998 - Programa Centros Rurais – animação no terreno do Centro Rural “Centro de Portugal”, elaboração do PGI (Plano Global de Intervenção) e acompanhamento das candidaturas.

#### IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

Em parceria com IEFP realizámos várias cursos/ações de formação, nomeadamente:

2003/2004 - Produção de licores, xaropes e aguardentes não vínicas, fabrico de doces, compotas e geleia, financiados pelo PEPS (Programa de Emprego e Proteção Social), à Medida de Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato e do Património Natural, Cultural e Urbanístico.

2001 - Jardinagem e hortofloricultura, rendas, bordados e tecelagem e cerâmica decorativa, financiado pelo Programa Escolas Oficinas do Centro de Emprego.

1995 - Construção civil - pedreiro/ladrilhador e pintor/vidraceiro, financiados pelo IEFP.

#### Instituto da Segurança Social, IP

2003/2005 - Projeto de Luta Contra a Pobreza no concelho de Oleiros, com o objeto de colmatar a exclusão social

#### POEFDS – Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social

2005/2006 - Realização de 2 ações de formação: Eletricidade de Instalações e Serviço de Mesa, financiado pelo POEFDS, Medida 5.3.1.1, tendo uma taxa de empregabilidade de 55%.

#### Participação em outros eventos

Participação em diversas feiras mostras locais (Festival de Gastronomia do Maranhão, Feira do Pinhal, Feira de Enchidos, Queijo e Mel, Feira Mostra de Mação).

## Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
506732878	AFLOMAÇÃO - Associação Florestal do Concelho de Mação	22/01/2004	09/02/2004	94995	Associações e fundações privadas
501296263	Agrivendense – Cooperativa Agrícola da Freg. de Envendos	06/02/1981	06/02/1981	2200	Cooperativas
600075281	Agrupamento de Escolas da Sertã			85310	Administração Central
600077837	Agrupamento de Escolas P. António de Andrade			85310	Administração Central
510203191	AmarMação, Associação de Desenvolvimento do Concelho de Mação	13/04/2012	12/06/2012	94110	Associações e fundações privadas
506998070	Associação Centro de Ciência Vila de Proença-a-Nova	24/06/2004	21/07/2007	91333	Associações e fundações privadas
500989095	Associação Comer. e Indust. dos Concelhos de Oleiros, Mação, Sertã e Vila de Rei	07/08/1975	07/08/1975	94110	Associações e fundações privadas
501831568	Associação de Caça e Pesca do Centro de Portugal	12/02/1987	12/02/1987	93192	Associações e fundações privadas
504968890	Associação de Produtores Florestais e Agrícolas do Concelho de Proença-a-Nova	05/04/2000	25/07/2000	94995	Associações e fundações privadas
501115757	Associação Desportiva e Cultural de Proença-a-Nova	22/07/1976	22/07/1976	93192	Associações e fundações privadas
501120866	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Sertã	26/08/1916	26/08/1916	84250	Associações e fundações privadas
507869958	Associação Trilhos do Estreito	19/10/2006	19/10/2006	93192	Associações e fundações privadas
501292748	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Zona do Pinhal	16/11/1982	16/11/1982	64190	Cooperativas
503388270	Carnes Simões, Lda	05/04/1995	05/04/1995	47220	Empresas
507748328	Casa do Benfica de Vila de Rei	24/05/2006	24/05/2006	94991	Associações e fundações privadas
503050210	Centro de Dia “Família Dias Cardoso da Fundada”	17/08/1992	25/01/1995	88101	Associações e fundações privadas
500867844	Centro Social S. Nuno de Santa Maria	10/08/1954	01/05/1955	87902	Associações e fundações privadas

508831725	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA BAIXA (CIMBB)	19/01/2009	24/03/2009	84130	Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal
502106506	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	07/01/1988	07/01/1988	84130	Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal
501596305	Estrela da Beira, Lda.	01/01/1985	01/01/1986	10130	Empresas
504192833	Horizontes do Pinhal, Lda.	01/07/1998	01/07/1998	47640	Empresas
503767549	INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR	17/07/1996	18/07/1996	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Politécnico
504745557	INSTITUTO PROFISSIONAL DA SERTÃ, LDA	09/07/1999	09/07/1999	85591	Escolas Profissionais Privadas
506963837	MUNICÍPIO DA SERTÃ		01/01/1900	84113	Autarquias Locais
506814343	MUNICÍPIO DE MAÇÃO		01/01/1986	84113	Autarquias Locais
506824152	MUNICIPIO DE OLEIROS	01/06/1987	01/06/1987	84113	Autarquias Locais
505377802	MUNICÍPIO DE PROENÇA À NOVA		01/01/1986	84113	Autarquias Locais
506932273	Município de Vila de Rei			84113	Autarquias Locais
509095771	Pinhal Total	13/03/2009	13/03/2009	93294	Associações e fundações privadas
508764009	Rustiventur - Construção e Organização de Eventos & Turismo, Lda.	21/04/2011	21/04/2011	55202	Empresas
501182365	Santa Casa da Misericórdia de Oleiros	01/01/1578	01/01/1986	87301	Associações e fundações privadas
500677735	Santos & Marçal, Lda.	01/01/1975	01/01/1975	56101	Empresas
513114750	SERQ - CENTRO DE INOVAÇÃO E COMPETÊNCIAS DA FLORESTA - ASSOCIAÇÃO	20/05/2014	20/05/2014	72190	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
501109005	Sociedade Filarmónica Oleirense	04/03/1959	04/03/1959	90010	Associações e fundações privadas

508808324	ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO CENTRO DE PORTUGAL	15/09/2008	02/01/2009	84123	Associações Públicas
504774085	Vilarregense FC	22/11/1995	16/12/1999	93120	Associações e fundações privadas
502863340	Vilreiovo, Lda.	01/01/1992	01/01/1992	01470	Empresas
506411150	Trilhos do Zêzere, Lda.	15/02/2003	15/02/2003	93192	Empresas

## Caracterização do DLBC

### Identificação da área de intervenção do Pacto

#### NUTS III

Médio Tejo

#### Grupo Ação Local

#### Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Porcentagem
-------	-------	----------	-----------	-------------

### Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

#### Situação atual do território

A análise de contexto do território baseia-se nos dados mais recentes do INE – Censos de 2011, do GPP - RGA de 2009, do IEFP e de dados fornecidos por entidades do território com atividade em setores específicos, como por exemplo na vertente agroalimentar.

Esta aparece dividida em 3 grandes áreas de análise, nomeadamente socioeconómica, ambiental e rural, a qual se subdivide em agrícola, silvícola, turística, artesanato e ação social.

#### 1.1 ANÁLISE SOCIOECONÓMICA

Nos últimos anos a evolução populacional do Pinhal foi negativa, registando-se uma diminuição de 9,15% da população residente entre 2001 e 2011. Esta tendência verifica-se também na região Centro (-0,88%), em contracção com os dados nacionais (+1,99%). A densidade populacional do território considerado na estratégia é de 21,4 hab/km<sup>2</sup>.

O Pinhal apresenta o valor do PIB per capita mais baixo que a média da região Centro em 11,43% e que a média nacional em 27,16%, sendo que o mesmo registou uma diminuição no último ano disponível (2012). Em 2001 o desemprego cifrava-se nos 5,9%, enquanto, que, em 2011 atingiu os 9,1%, com a particularidade dos concelhos de Vila de Rei e Mação apresentarem taxas de desemprego superiores nos homens. A taxa de desemprego é inferior à média nacional (13,2%) devido ao envelhecimento da população da área de implementação da estratégia e consequente diminuição da população ativa. A situação é preocupante na medida em que a maior parte desta população desempregada é de longa duração.

A grande maioria da população encontra-se empregada no setor terciário (social e económico) com 62,8%, seguindo-se o setor secundário (31,1%) e o setor primário (6,1%). Ao analisar a variação do emprego entre 2001 e 2011 constata-se que o setor primário sofreu uma variação negativa de 65,3%, sendo que o setor terciário registou uma variação inversa de 30,8%. Estes dados podem ser justificados pela quase inexistência atual de agricultura a tempo inteiro (a agricultura de subsistência ainda vai existindo) e pelo aumento das valências sociais, como se pode comprovar com o aumento de 16,1% de população empregada no setor terciário circunscrito à área social quando o total de população empregada teve um decréscimo de 14,1% para o período analisado.

O índice de poder de compra tem registado um aumento gradual. Em 2007 era de 59,1%, em 2009 de 61,2% e em 2011 de 64,4%, mantendo-se ainda assim como o mais baixo do país.

Quanto à distribuição etária da população, a tendência é preocupante. Segundo os dados de 2011, 33,6% da população tem 65 ou mais anos, o que faz do Pinhal a região mais envelhecida da Europa.

## 1.2 ANÁLISE AMBIENTAL

O Pinhal apresenta condições edafoclimáticas únicas que importa salientar na presente estratégia. São elas, áreas de elevado valor natural e paisagístico, zonas de turismo e lazer com potencial para a atração de turistas durante todo o ano, solos férteis, recursos hídricos e recursos florestais de alto valor natural que mantêm o equilíbrio ecológico da região e que possuem um enorme potencial de exploração.

Rodeado pelos rios Tejo, Zêzere e Ocreza e por diversas barragens, o território alvo da presente estratégia apresenta-se como um oásis de água que dura todo o ano. As diversas serras configuram uma morfologia montanhosa à região, sendo que 61% da área da mesma se encontra em declives iguais ou superiores a 6%.

## 1.3 ANÁLISE RURAL

### 1.3.1 AGRÍCOLA

#### AGROPECUÁRIA

A maior parte das explorações agropecuárias encontra-se nos concelhos de Proença-a-Nova e Sertã. No caso dos caprinos, existem no território 2.278 explorações com um total de 15.415 animais, constituindo-se como o 3º território com mais animais desta espécie na região Centro. No caso dos suínos, a maior fonte de rendimento da região no setor agropecuário, através do comércio das suas carnes e derivados, existem no território 12.730 animais, com especial enfoque no concelho da Sertã onde estão estabelecidos 82% dos animais. No período compreendido entre 1999 e 2009 observou-se um decréscimo no efetivo pecuário do território, embora se tenha observado um aumento ligeiro nos suínos no concelho da Sertã e um aumento de 46,3% nos ovinos em Proença-a-Nova, valores em contraciclo com o Pinhal. O principal motivo para este decréscimo da população animal no território prende-se com o facto de a criação pecuária ser uma tradição familiar no território e, com o envelhecimento da população e migração da população ativa, esta ser uma prática que tem caído em desuso.

#### QUEIJO

Existem no Pinhal 18 explorações produtoras de leite de cabra com uma média de 117,4 animais por rebanho e 7 explorações produtoras de leite de ovelha com uma média de 25 animais por rebanho. Tem-se registado também que alguns jovens têm investido na criação de rebanhos, resultado dos apoios concedidos nesta área. O leite produzido é escoado para as queijarias da região, sendo parte do mesmo vendido também para os concelhos limítrofes. Segundo dados do INE, o número de cabras leiteiras por exploração agrícola subiu de 5,1 para 5,8 entre 1999 e 2009, enquanto que as ovelhas leiteiras aumentaram de 5,8 para 10,1 no mesmo período, um valor ainda distante das médias nacionais (12,6 e 49,6 respetivamente).

#### MEL

O Pinhal é uma região rica em mel. Esta possuía em 2009 o segundo maior número de explorações apícolas do país (9,9% do total) e o maior número de colmeias e cortiços povoados da região Centro. Porém, a população apícola diminuiu comparativamente com os dados de 1999, a par da tendência nacional.

#### VITIVINICULTURA

O Pinhal é uma região de agricultura familiar, predominantemente policultural e de pequena propriedade. A produção de vinho e de aguardente artesanais é uma atividade transversal a todo o território. Prova disso é o facto de 56,9% das explorações agrícolas com culturas permanentes terem, entre outras culturas, vinhas, as quais têm em média 0,14ha. Existem no total 394ha de vinha no território, distribuídos principalmente pelos concelhos de Proença-a-Nova, Sertã e Mação. No que diz respeito à produção de vinho, esta tem subido exponencialmente. Em 2009 foram produzidos 105.100L, enquanto que em 2013 este número subiu para os 260.900L, o que corresponde a um crescimento de 148,2%, apenas suportado pela crescente procura do mercado. No território produz-se também aguardente artesanal, principalmente não vínica, pois é produzida maioritariamente à base de medronho, a qual constitui um produto emblemático da região.

#### AZEITE

O território tem, segundo dados de 2009, 4.962 explorações agrícolas com culturas permanentes, das quais apenas 30 não têm olival. Percebemos assim que o olival é um elemento presente na vida familiar das populações rurais da região. Os olivais estão distribuídos por todo o território, com especial incidência em Mação, Proença-a-Nova e Sertã. A produtividade da azeitona, medida em litros de azeite por 100kg de azeitona, é também baixa. O território apresenta uma média de 13L/100kg, um valor igual à região Centro, mas inferior à média nacional em 3L. Isto pode ser justificado pela variedade da azeitona (galega) e fraca profissionalização do setor.

#### HORTO-FRUTICULTURA

O Pinhal tem 4.962 explorações agrícolas com culturas permanentes distribuídas por 6.669ha e com especial incidência, para além do olival e vinha, na produção de frutos frescos, citrinos e frutos de casca rija (ex: castanha). Comparativamente com 1999, o número destas explorações e a área das mesmas tem crescido

nos citrinos e nos frutos de casca rija, mas diminuiu no caso dos frutos frescos. Nestes três casos, mais de 90% das explorações têm atualmente menos de 0,5ha. Os produtos produzidos pela agricultura de base familiar da região são escoados essencialmente para instituições, mercados, mercearias e restaurantes da região e dos concelhos limítrofes aos produtores, ou seja, através de Circuitos Curtos Agroalimentares (CCA).

#### 1.3.2 SILVÍCOLA

Cerca de 77% do território é composto por floresta. São cerca de 147.000ha constituídos por zonas florestais de elevado valor económico e comercial. As encostas acentuadas, a existência de inúmeros cursos de água e a ruralidade da região incentivaram a produção florestal no território no último século em detrimento da produção agrícola, com a introdução do pinheiro bravo e do eucalipto, espécies das quais se conseguia tirar um maior rendimento quando comparadas com as espécies autóctones. O Pinhal está inserido na maior mancha privada de pinheiro bravo da Europa. No entanto a produção florestal tem vindo a diminuir com a fragmentação das propriedades, com o êxodo dos proprietários, mas principalmente devido aos fogos florestais, um flagelo na região. Este é potenciado sobretudo pelo abandono e desordenamento verificado na maioria das propriedades, em que o crescimento de matos e outros arbustos se tornam o principal combustível dos fogos. Este setor teve um volume de negócios na ordem dos 28,5M€ (2012), o que demonstra a sua importância.

#### 1.3.3 TURÍSTICA

Em 2013 foram 18.741 os hóspedes, número mais alto que os 4 anos anteriores. As dormidas copiam o mesmo registo com 31.451, o que fez uma estada média de 1,7 noites por hóspede, valor ao nível da região Centro (1,8), mas bastante abaixo do valor nacional (2,9). A taxa de ocupação foi de 24,5%, o que sugere que a oferta deste tipo de espaços é suficiente, no entanto os padrões de qualidade devem ser mantidos ou, se possível, aumentados. Os restaurantes da região têm em geral um nível de qualidade médio, com uma ou outra exceção de excelência, tendo como principal fator atrativo a diversificação e qualidade dos pratos típicos locais, que vão desde a confeção do cabrito estonado, do maranho e do bucho recheado à do achigã e da lampreia, passando pelas tigelada, fofas e cartuchos.

#### 1.3.4 ARTESANATO

No Pinhal existem atualmente, segundo dados do PPART, 14 Unidades Produtivas Artesanais reconhecidas. Devido às dificuldades do setor, nomeadamente ao nível da inovação, promoção, comercialização e desinteresse das comunidades mais jovens, por forma a não deixar desaparecer parte da história da região, foram realizadas pelo GAL ações de formação de cestaria, latoaria, barro, tecelagem, entre outras.

#### 1.3.5 AÇÃO SOCIAL

Observa-se que existe no território uma ampla oferta de equipamentos sociais, distribuída principalmente pelas sedes de freguesia, nomeadamente lares, creches e jardins-de-infância. No entanto esta situação ajuda a desertificar as aldeias mais pequenas e a isolar os habitantes que restam.

### **Análise SWOT**

#### **Principais Oportunidades**

#### **Principais Ameaças**

- Otimizar a gestão e o ordenamento florestal;
- Presença de espaços naturais valiosos com potencial para a prática de actividades lúdicas e didáticas ligados à natureza;
- Políticas de incentivo à silvo-pastorícia que integre o combate à desvalorização social do pastor e à melhoria da sua capacidade atrativa;
- Procura crescente por parte de consumidores urbanos de produtos da horta, através da comercialização de proximidade;
- Certificação e diferenciação de produtos;
- Programas comunitários e políticas de apoio ao emprego;
- Exploração de novos mercados (nacional e internacional);
- Criação de marca/produtos turísticos temáticos apelativos para nichos de mercado;
- A coesão e a inclusão social são preocupações globais e alicerces das políticas públicas a nível nacional e europeu;
- Aumento do nível de escolarização da população em idade ativa.

### Principais Pontos Fortes

- Envolvente paisagística e ambiental (montanha, floresta e água)
- Potencial florestal
- Elevado potencial da região como sumidouro de carbono;
- Elevado potencial para a produção de biomassa
- Diminuição dos custos de manutenção do espaço florestal com a caprinicultura
- Boas condições para pesca e desportos náuticos;
- Forte identidade cultural.
- Espécies autóctones com boa aptidão regional: castanha, medronho, limão e cereja
- Contributo do 3º sector para a criação de postos de trabalho que permitem integrar e formar pessoas mais vulneráveis ao risco social
- Boa rede de comunicações local (rodoviária)
- Existência de produtos de qualidade (presunto, enchidos, queijo, mel, etc)
- Pomares de medronho ordenados
- Qualidade dos alojamentos rurais
- Boas infraestruturas básicas de apoio à 3ª idade e à infância
- Taxa de abandono escolar baixa

### Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

- Inexistência do ordenamento florestal;
- A fraca capacidade de reflorestação em áreas áridas e o abandono progressivo do espaço agrícola e florestal;
- Falta de financiamento para apoio à comercialização de produtos da exploração;
- Crise económica atual;
- Dificuldades de sobrevivência do comércio e serviços de proximidade;
- Insolvência de inúmeras fábricas nos municípios concelhios e nos concelhos limítrofes com o Território de Intervenção;
- Diminuição ou mesmo desaparecimento de atividades artesanais e tradicionais;
- Forte concorrência por parte de outros territórios ao nível de produtos locais, similares e de valências turísticas rurais;
- Atratividade dos meios urbanos para os jovens que vivem nas Zonas Rurais;
- Precaridade na manutenção do posto de trabalho, agravado pela sazonalidade do mesmo.

### Principais Pontos Fracos

- Minifúndio/Monocultura do espaço florestal (pinheiro bravo/eucalipto);
- Minifúndio no espaço agrícola;
- Diminuição da Zona Agrícola utilizada;
- Sazonalidade dos produtos devido às condições edafoclimáticas;
- Sector empresarial fragilizado;
- Decréscimo demográfico do Território de Intervenção;
- Desajuste entre o perfil dos desempregados e a oferta de postos de trabalho disponíveis;
- Excessiva dependência do sector privado sem fins lucrativos do sector público ao nível do financiamento das respostas e projectos sociais.
- Falta de mão-de-obra qualificada;
- Artesãos com idade avançada e com pouca capacidade de iniciativa/ inovação;
- Fraco investimento em marketing;
- Degradação do património;
- Falta qualificação profissional para a criação de produtos turísticos temáticos integrados;
- Isolamento geográfico e social da população.

### O Desafio para o Pinhal

Para melhor explicar a definição dos objetivos estratégicos interessa, primeiro de tudo, definir os Fatores Críticos de Sucesso, já que a capacidade de sucesso de tornar o território mais atrativo nas áreas temáticas, carece da existência das seguintes condições ao investimento e financiamento de projetos regionais junto dos programas operacionais nacionais e regionais com o financiamento através do FEADER, FEDER e FSE:

- Discriminação positiva para as empresas dispostas a investir e/ou contratar recursos humanos na região do Pinhal, como forma de contrariar os efeitos do envelhecimento populacional e aumentar o poder de compra;
- Existência de sistemas de incentivos direcionados para projeto empresariais nas áreas temáticas da DLBC – floresta, agroindústria, turismo com destaque para:
  - Prevenção e valorização do setor florestal;
  - Internacionalização do setor agroalimentar;
  - Desenvolvimento de novos produtos e inovação no setor agroalimentar;
  - Adaptação e construção de um produto turístico.
- Existência de mecanismos de financiamento (investimento e crédito) adequados às necessidades de aposta na investigação, desenvolvimento e inovação;
- Prioridade a projetos que articulem vários atores locais e externos – apoio a dinâmicas de clusterização;
- Apoios à internacionalização de bens transacionáveis;
- Apoios à investigação, desenvolvimento e inovação;
- Integração entre projetos de inovação e internacionalização, pelo lançamento de instrumentos combinados;
- Estímulos à contratação de quadros qualificados e à igualdade de género;
- Incentivos à criação de marca local com forte identidade e capaz de ter efeito multiplicador;
- Apoio ao empreendedorismo em 3 segmentos diversificados: base tecnológica, base local e base economia social;
- Ajudas diretas aos produtores e aos agrupamentos de produtores;
- Simplificação dos critérios de elegibilidade;
- Elegibilidade dos investimentos em formação de recursos humanos;
- Prazos para a execução adaptados aos condicionalismos atuais que a conjuntura económica impõe às empresas;
- Promoção de processos de monitorização e responsabilização.

As lacunas encontradas na nossa região são em número e diversidade muito extensas. Não é, de todo, possível enjeitar num plano um conjunto de soluções e ações que consigam resolver as carências da nossa região. A Estratégia Nacional o para meio Rural abre um manancial de oportunidades de atuação a vários níveis, nos quais nos propusemos concorrer, visto que temos como missão o desenvolvimento do nosso território, desde que balizada pelo Governo Português. Esta parceria, para funcionar de forma fluída e acrescentar real valor ao mercado e à comunidade, deve potenciar a sua atuação dentro de uma rede construída sobre objetivos comuns. Contudo, as ligações naturais que se desenvolvem entre elas devem ser alimentadas e organizadas.

## Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

### Objetivos e vocação específica do DLBC

No novo período de programação, a Pinhal Maior pretende continuar a aplicar a abordagem LEADER na sua zona de intervenção, através de um DLBC Rural, uma vez que os resultados alcançados permitiram promover a melhoria da qualidade de vida e estimular a prosperidade económica da região.

De acordo com o diagnóstico realizado junto dos parceiros locais, que incluiu a auscultação de entidades públicas e privadas, de alguns especialistas na área do desenvolvimento rural, cruzado com a análise SWOT do território, o objetivo geral foi definido da seguinte forma:

Contribuir para o desenvolvimento do meio rural, respeitando os princípios LEADER, num território com grande potencial de produtos e serviços de qualidade, numa envolvente de áreas naturais.

Para alcançar este objetivo de carácter mais geral, foi definida a estratégia de desenvolvimento, tendo em atenção as condições socioeconómicas do território, as características edafoclimáticas, os recursos patrimoniais naturais e edificados, a situação geoestratégica e os dados culturais. Na formulação da estratégia foram consideradas as vantagens competitivas do território, a reorientação face a novas oportunidades, a necessidade de superar vulnerabilidades e a sustentabilidade económica.

Acresce mencionar que a definição da estratégia passou pelo respeito dos princípios LEADER, pretendendo-se que se mantenha um processo aberto e dinâmico, em consonância com a vontade das populações do

território, através do diálogo com as entidades representativas dos vários sectores. Consequentemente foram definidas como medidas essenciais:

Reforço da economia e criação de emprego através de:

- Valorização dos produtos e serviços de qualidade da região do Pinhal;
- Desenvolvimento do turismo e serviços complementares em meio rural e natural.

Melhoria da qualidade de vida pela:

- Conservação e valorização do Património ambiental, paisagístico, natural e cultural;
- Qualificação e aumento do bem-estar da população.

Elaborada numa perspetiva integradora do desenvolvimento rural do Pinhal, a estratégia foi delineada com os seguintes fundamentos:

- Criar uma MARCA para o Pinhal
- Os seus produtos e serviços rurais desenvolvem-se em rede e são complementares: o Hortofrutícolas, vinho, agroalimentares; o Artesanato; o Floresta; o Turismo rural e natural.
- Os seus espaços naturais encontram-se projetados e geridos em rede: o Rio Zêzere; o Rio Tejo;
- O papel dos atores locais, nomeadamente dos agricultores é fundamental para a gestão e sustentabilidade do meio rural

Tendo em conta o exposto anteriormente e articulando com as principais tipologias de investimento e elencadas no PDR 2020 e no PO Centro 2020 para os DLBC Rurais, foram definidas quatro grandes eixos prioritários de intervenção estratégica, sendo que dois aprecem entreligados:

#### 1. Ambiente e Floresta

Serão apoiadas ações que visem a promoção da gestão florestal sustentável, através da conservação dos recursos naturais e valorização do ambiente e dos espaços florestais e agroflorestais: Melhoramento e valorização dos produtos florestais; Investigação direcionada para a produtividade; Controlo de pragas e doenças, em especial do pinheiro bravo; Defesa contra incêndios assumindo a silvo-pastorícia uma enorme importância; Investigação e desenvolvimento de espécies para energias renováveis – utilização da biomassa florestal e de outras culturas para aproveitamento energético; Desenvolvimento de novas técnicas de gestão na exploração agroflorestal.

Deve ser promovida a pesca tradicional, sendo o peixe na região um produto emblemático de grande qualidade que está fortemente enraizado nas tradições culturais. Isto é comprovado pela sua forte presença na gastronomia local e pela influência que exerce sobre algumas festividades como é o caso do Festival da Lampreia, o Festival do Peixe (Mação) e Festival do Achigã (Vila de Rei). Deve-se apoiar também a revitalização das zonas ribeirinhas, que constituem espaços para o recreio e lazer que importa aproveitar.

#### 2. Produtos Locais e Empregabilidade

Apostando na diversificação e diferenciação do desenvolvimento da região foram definidas quatro dimensões estratégicas para o desenvolvimento rural. A sua articulação vai promover a eficiência económica, a equidade social e territorial, a qualidade patrimonial e ambiental.

##### a) Agroalimentares

A produção de azeite constitui um sector agroindustrial relevante em toda região do Pinhal, pois possui características organolépticas únicas devido às condições edafoclimáticas desta região.

Os enchidos e presuntos são produtos produzidos por micro e pequenas empresas nos concelhos de Mação e Vila de Rei e corresponde a 75% do presunto produzido em Portugal.

O Queijo de Cabra, assume-se como um dos produtos de qualidade do território, apresentando um peso económico relevante nos concelhos da sua área geográfica de produção: Mação, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei.

O mel é produzido em todo o TI, mas essencialmente nos concelhos de Mação, Proença-a-Nova e Vila de Rei, uma vez que estas zonas apresentam enorme riqueza florística com interesse apícola.

Os produtos agropecuários assumem particular importância nos concelhos de Proença-a-Nova e Sertã.

O pão e a doçaria regional são produzidos em todo o território apresentando diferenças na forma de produção conforme as freguesias de onde provêm, reflexo da riqueza das tradições dos territórios rurais e da cultura gastronómica da região.

##### b) Hortifruticultura e vitivinicultura

Possibilidade de desenvolvimento de um projeto de fileira, devido à aptidão para a generalidade dos hortícolas e para os frutícolas onde se destacam: a cereja, o limão e o medronho.

A Fileira de Produtos de Qualidade inclui a agricultura biológica. que deve ser incentivada no nosso território.

merecendo da nossa parte todo o apoio necessário.

Através da sua componente de animação territorial a Pinhal Maior pretende incentivar o desenvolvimento destes sectores em parceria com as diversas entidades locais, nomeadamente Organizações de Produtores. Será definido em conjunto um documento onde conste a forma de articulação entre os vários parceiros. O Pinhal possui alguns vinhos de qualidade, devido às condições edafoclimáticas, à diferenciação da oferta e à boa relação qualidade/preço, esta apresenta-se uma área com inúmeras vantagens competitivas e potencial de desenvolvimento.

No entanto, existe um conjunto de pequenos vitivinicultores, que apresentam inúmeras vulnerabilidades, face a um contexto socioeconómico desfavorável e que necessita de incentivos para a manutenção e revitalização da atividade.

#### c) Turismo

Ao nível do turismo, o território apresenta uma oferta variada nalguns serviços, nomeadamente restauração e hotelaria, com necessidade de articulação com outros recursos territoriais, como seja o vinho e o turismo ativo e a criação de serviços complementares, por exemplo, postos de turismo e empresas de animação cultural, essenciais para a estruturação de produtos turísticos integrados.

Baseado nos recursos do território e nas suas vantagens competitivas, a estratégia passa pelo desenvolvimento rural assente em Rotas, Festivais e Produtos locais, com uma aposta forte no turismo de estadia de curta duração, devido à proximidade de territórios emissores de visitantes.

#### d) Artesanato

O artesanato é outra das atividades tradicionais com forte implantação no território. De acordo com a localização e os recursos disponíveis, os artesãos dos vários concelhos aperfeiçoaram artes e ofícios que espelham a riqueza rural e cultural. A influência do rio Tejo no concelho de Mação, originou as miniaturas de barcos tradicionais, sendo a olaria outra das atividades existentes. Especificamente no concelho do Oleiros, a cortiça revelou-se como uma matéria-prima para a criação de artefactos rurais. O linho é transversal a todo o território, mas com especial incidência nos concelhos de Oleiros e Sertã.

A cestaria é por sua vez uma atividade com bastante importância nos concelhos de Vila de Rei e Proença-a-Nova.

### 3. Coesão Social e Qualidade de Vida

Este eixo pode ser desagregado em duas áreas:

#### a) Património

O território apresenta uma herança cultural extremamente rica que passa pela existência de inúmeros monumentos e museus, bem como pela realização de diversos eventos anuais ligados às tradições da região.

No entanto observa-se que grande parte dos monumentos de índole rural necessitam de uma recuperação e refuncionalização, bem como de sinalética que auxilie o visitante a compreender a sua história e função.

Por outro lado a região é bastante rica em feiras, festas e romarias que atraem inúmeros turistas e estimulam a identidade local da população.

Torna-se vital para a preservação das tradições ancestrais o envolvimento das populações rurais detentoras de saberes-fazer únicos, normalmente idosos, que marcam a história e a identidade da região diferenciando-a de outras.

#### b) Ação Social

Há que apostar no apoio a serviços de proximidade que contribuam para a melhoria da qualidade de vida destas populações.

Nesta perspetiva, a estratégia da Pinhal Maior, através da articulação de diversos Programas Comunitários e com implementação de projetos diversificados, exige mecanismos que assegurem a sua profunda integração territorial, articulando a transversalidade das ações e garantindo a coerência entre políticas, de modo a permitir o desenvolvimento harmonioso do Pinhal.

A aposta em iniciativas que visem a responsabilidade social, o aumento da qualidade de vida das populações, a formação vocacionada para as pessoas e também para o mercado, o empreendedorismo social, a inclusão social, o combate ao isolamento e a melhoria do acesso das populações aos serviços sociais constituem uma aposta do GAL para o território.

De modo a prosseguir com os eixos prioritários de intervenção do GAL a dotação dos fundos será alocada conforme quadro abaixo. A meta quanto nº de PA's a aprovar também aparece descrita por fundo.

Fundo	Peso por Fundo	Dotação por Fundo	N.º de PA's
FEADER	53%	2.065.695,04	52
FEDER	18%	736.482,17	20
FSE	28%	1.073.167,56	63
TOTAL	100%	3.875.344,77	135

## **Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto**

A aplicação do princípio da parceria na gestão dos Fundos da UE, em concreto no que se refere ao envolvimento dos parceiros e atores locais mais relevantes no âmbito do seu processo de preparação, implementação e acompanhamento, tem apresentado resultados positivos, nomeadamente no que se refere a uma maior apropriação das políticas da UE, permitindo aumentar o conhecimento, a experiência e os pontos de vista disponíveis durante a conceção e execução das estratégias, facilitando a gestão dos Fundos e contribuindo para a melhoria dos resultados alcançados com a sua aplicação. É neste quadro que a Pinhal Maior, desde 1996 através do Programa LEADER II, tem vindo a empenhar-se ativamente na aplicação do princípio da parceria nas suas diferentes dimensões, tendo em conta as suas especificidades institucionais e em função das áreas de atuação dos diferentes intervenientes. A concretização do princípio de parceria, no âmbito do DLBC teve em consideração os princípios definidos no Código de Conduta Europeu sobre Parcerias no âmbito dos FEEI (CCEP).

A preparação e a elaboração do DLBC implicou a mobilização dos diversos atores públicos e privados, destacando-se a sua efetiva articulação, tendo sido auscultados das necessidades do território. Importa descrever como foi incorporado o princípio da parceria nas fases mais significativas do processo de candidatura.

O envolvimento dos parceiros na preparação do DLBC (Municípios, CIM's, Turismo do Centro, Universidades, IPSS's, Associações setoriais e empresas) foi sendo ampliado e consolidado o leque de contributos que se interligam nas áreas prioritárias e conduzem ao nosso DLBC. O processo iniciou-se em 01/01/2014 com a equipa técnica do GAL Pinhal Maior para dinamizar as seguintes etapas:

Reuniões com potenciais beneficiários do TI (51)

Elaboração do diagnóstico prospetivo do TI 01/07/2014

Apresentação dos resultados da ELD 2007-2013 em Tomar 08/10/2014 com 156 participantes

Definição do Modelo de governação do DLBC

8 Reuniões temáticas com os diversos agentes do TI 14/01/2015 (63 participantes)

Assinatura dos Protocolos de Parceria 02/01/2015

Primeira reunião de Assembleia de Parceiros 09/02/2015

Aprovação do Protocolo Geral de Parceria e do Regulamento Interno de Parceria 09/02/2015

Este processo de desenvolvimento Local, participado e mobilizador, permitiu produzir o documento de Candidatura à 1ª fase – Seleção das EDL e Reconhecimento dos GAL, que reuniu 48 páginas de reflexão partilhada, cuja autoria envolveu 114 pessoas e 84 entidades Locais.

Este processo procurou assegurar uma participação o mais ampla possível, bem evidente no número e tipologias de entidades envolvidas e no número de contributos temáticos acolhidos. Pretende-se também neste período de programação prosseguir e aprofundar a integração dos princípios do envolvimento dos parceiros ao nível da implementação e acompanhamento do DLBC. Desta forma considera-se de uma importância chave o papel que a Comissão de Acompanhamento Estratégico desempenha na responsabilidade de velar pelo fiel cumprimento da estratégia definida e de recomendar os ajustamentos julgados pertinentes, propostos pelos Grupos de Trabalho Temáticos, pelo Órgão de Gestão e pela Assembleia de Parceiros. Também no âmbito da avaliação, o envolvimento dos parceiros far-se-á pela via da sua participação nas Assembleias Gerais de Parceiros, onde serão apresentados e debatidos os relatórios de avaliação das áreas temáticas do DLBC.

## **Articulação da EDL com as EIDT NUTS III**

A figura reproduzida (Quadro 1 – ver anexo I) reflete, através da correspondência de cores, a articulação, a intensidade do contributo e a coerência existentes entre os objetivos estratégicos propostos para a EDL do GAL Rural Pinhal Maior 2020 e, respetivamente, os objetivos estratégicos consagrados nas Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa e do Médio Tejo, os quais vão de encontro com os objetivos estratégicos e transversais do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020. A propósito das EIDT da Beira Baixa e do Médio Tejo, realce-se a observância por parte da EDL do GAL Pinhal Maior 2020 das condições gerais de articulação em matéria de:

- Território alvo;
- Estratégia;
- Plano de Ação;
- Modelo de Governação.

A articulação ao nível estratégico é completada, no plano operacional, através do contributo da EDL Pinhal Maior 2020 para os diferentes Programas de Ação que integram as EIDT da Beira Baixa e do Médio Tejo. No esquema do quadro 2 (ver anexo I) identifica-se a intensidade de relacionamento entre os Eixos de Intervenção, proposta para a EDL Pinhal Maior 2020 e os Programas de Ação das EIDT das NUT's III Beira Baixa e Médio Tejo.

Ainda em relação às Estratégias para as Regiões da Beira Baixa e do Médio Tejo, identificam-se outras abordagens territoriais que se podem articular com o DLBC:

- Investimentos Territoriais Integrados (ITI), sob a responsabilidade e liderança das Comunidades Intermunicipais que envolvem vários stakeholders, entre outros, as próprias Associações de Desenvolvimento Local dos dois territórios de abrangência.
- Pactos Territoriais para a Empregabilidade que promovem uma correta adequação das medidas ativas de emprego e formação profissional e a articulação com as Comunidades Intermunicipais, as Associações de Desenvolvimento Local, o Instituto de Emprego e Formação Profissional e os Gabinetes de Inserção Profissional.
- Contratos Locais de Desenvolvimento Social, dirigidos ao trabalho em parceria tendo como base de atuação dar uma resposta integrada às necessidades específicas nas zonas geográficas mais afetadas pela pobreza.

## **Programa de Ação e Investimentos**

### **Programa de Ação**

**Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir**

1 OBJECTIVO ESTRATÉGICO FAZER DA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DA PINHAL MAIOR UM TERRITÓRIO MAIS ATRATIVO, "COMPETITIVO", PRESERVANDO A SUA QUALIDADE AMBIENTAL E IDENTIDADE CULTURAL, EVITANDO O AGRAVAMENTO DO DESPOVOAMENTO, FIXANDO AS POPULAÇÕES COM NOVAS ATIVIDADES ADEQUADAS AO TERRITÓRIO. Foram delineadas 4 áreas prioritárias: ? Conservação da natureza, turismo, lazer e identidade cultural e silvo-pastorícia; ? Valorização dos produtos locais e agroalimentares; ? Formação e desenvolvimento de novas energias alternativas; ? Coesão social e apoiar coletividades locais. 2 EIXOS PRIORITÁRIOS 1. AMBIENTE E FLORESTA 1.1 Apoiar a investigação e a prevenção de fogos florestais; 1.2 Assegurar um modelo de desenvolvimento que integre a preservação ambiental e que seja assumido como valor diferenciador e positivo. Objetivos Operacionais: 1.a) Estimular o ordenamento da fileira florestal e das energias renováveis associadas à biomassa, eólicas, etc; 1.b) Reordenamento e refuncionalização do espaço rural, proteção e valorização dos recursos endógenos do território. Aumento da sua atratividade, acessibilidade e sustentabilidade; 1.c) Promover a cinegética responsável; 1.d) Aumento da resiliência dos sistemas naturais e do potencial de valorização económica; 1.e) Valorização do património rural na ótica do interesse coletivo, como recurso turístico. Recuperação de práticas e tradições culturais; 1.f) Estimular a criação de produtos e serviços na floresta atualmente pouco ou nada valorizados, tais como: produção de cogumelos e o recreio ou lazer em espaços florestais; 1.g) Consciencializar a população da importância da nossa floresta e responsabilizá-la pelo futuro desta; 1.h) renovação de aldeias preservando os seus valores naturais, culturais e sociais. 2. PRODUTOS LOCAIS 2.1 Assegurar a produtividade no investimento nos nossos recursos endógenos que sejam compatíveis com a criação de emprego; 2.2 Desenvolver um trabalho para a criação de uma marca forte e agregadora associado à história local para o Pinhal. Objetivos Operacionais: 2.a) Estimular a atividade agrícola e as novas práticas, valorizando e promovendo os "produtos do Pinhal" e a sua comercialização; 2.b) Criar uma marca/imagem do Pinhal para os produtos agroalimentares; 2.c) Promover a IDI aplicada a novos produtos e processos; 2.d) Encorajar a integração do design nas estratégias empresariais; 2.e) Fortalecimento das redes de cooperação institucionais, empresariais e territoriais; 2.f) Promover a oferta e o consumo local. 3. EMPREGABILIDADE/MICROEMPRESAS 3.1 Apoiar a criação de emprego pelo apoio às Microempresas e PME's e iniciativa de novas atividades. 3.2 Objetivos Operacionais: 3.a) Garantir a existência de propostas de valor capazes de diferenciar o produto Turismo; 3.b) Articular os diferentes produtos presentes na região; 3.c) Incentivar a estruturação da oferta de turismo para combater a sazonalidade; 3.d) Criar uma cultura de empreendedorismo baseada nos fatores distintos da região; 3.e) Estimular a criação de empresas e o investimento na agricultura, floresta e agroindústria; 3.f) Estimular à internacionalização de micro, pequenas e médias empresas; 3.g) Fomentar a entrada de talentos no Pinhal, com o intercâmbio e mobilidade de investigadores, empresários, alunos e professores; 3.h) Estimular à diversificação da atividade económica local; 3.i) Estimular o empreendedorismo qualificado e criativo em sectores tradicionais da economia; 3.J) Criar uma oferta turística dependente dos recursos endógenos; 4. COESÃO SOCIAL 4.1 Assegurar com as instituições que atuam no campo social e solidário a coesão e as equidades sociais; 4.2 Qualificação da população ativa ao longo da vida e apoio à disponibilidade de competências necessárias para potenciar a nossa estratégia e a inovação nas microempresas; 4.3 Aproveitamento do saber-fazer da população envelhecida e das coletividades locais. Objetivos Operacionais: 4.a) Garantir a existência de apostas na economia social; 4.b) Promover a responsabilidade social; 4.c) Desenvolver tecnologias de apoio de qualidade de vida com enfoque na população idosa institucionalizada e não institucionalizada; 4.d) Incentivar práticas de aprendizagem ao longo da vida; 4.e) Promover a educação de adultos em áreas como as novas tecnologias e competências; 4.f) Capacitar a rede de atores locais para inclusão e o empreendedorismo social; 4.g) Difundir uma cultura empresarial sustentável; 4.h) Melhorar as acessibilidades das populações a serviços sociais, promovendo a coesão territorial e a melhoria da qualidade de vida. 3 Principais Resultados a atingir A previsão apresentada tem por base a experiência da Pinhal Maior na gestão e implementação do Eixo 3 do PRODER. Assim, foi efetuado um levantamento de todos os projetos submetidos e aprovados de acordo com os limites de investimento agora existentes, sendo calculado o valor médio de investimento dos Pedidos de Apoio e o custo médio do Posto de Trabalho. FEADER – indicadores (ver Anexo I - Quadro 3) FEDER – indicadores (ver Anexo I - Quadro 4) FSE – indicadores (ver Anexo I - Quadro 5)

### **Definição da estratégia de desenvolvimento local**

O ponto anterior, onde foram descritos os objetivos estratégico, específicos e operacionais, conduziu à conceção de Programa de Ação dividido em 4 Medidas e 23 Ações que estabilizam e operacionalizam a EDL, e ainda a Medida de Assistência Técnica, que é transversal a toda a intervenção. A especificação deste Programa de Ação resulta esquematicamente na seguinte apresentação: MEDIDA 1 – AMBIENTE E FLORESTA Medida que engloba ações e iniciativas diversas e complementares de preservação e conservação ambiental, perspetivando a sua capitalização transversal. Concorre para a prossecução dos objetivos OE 1 > 1.a); 1.b); 1.c); 1.d);1.e);1.f); 1.g); 1.h) da EDL Ações A. Investimentos em negócios agrícolas e florestais suscetíveis de contribuir para melhorar a performance ambiental da região; B. Desenvolvimento de unidades empresariais agrícolas e florestais por via da melhoria dos métodos de produção, comercialização e modelos de gestão, nomeadamente com a informatização de processos, requalificação de instalações, eficiência energética, entre outros; C. Cooperação entre empresários agrícolas, com outros setores complementares, que permita ganhos e eficiência nos processos e na qualidade de produto D. Preservação do património cultural e natural por novas ofertas turísticas que não de alojamento >Contributo para os resultados >Tipologia de Atividades MEDIDA 2 – PRODUTOS LOCAIS Medida que engloba ações e iniciativas complementares de valorização dos recursos e produtos endógenos, perspetivando a sua mais-valia enquanto elementos únicos e de diferenciação e reforço económico do território. Concorre para a prossecução dos objetivos OE 2 > 2.a); 2.b); 2.c); 2.d); 2.e); 2.f) Ações A. Valorização e promoção dos produtos de qualidade, como o azeite, mel, queijo, presuntos, enchidos, produtos da terra, entre outros B. Comercialização da produção local através de novas estratégias de marketing C. Incrementação do número de produtos e produtores certificados no Pinhal D. Fluxos de turistas e de visitantes de forma a contribuir para o encurtamento das cadeias de comercialização dos produtos locais E. Produção em modo biológico e proteção integrada, promovendo assim uma imagem de um território diferenciador e de excelência F. Experimentação e a prototipagem de negócios em torno dos recursos e produções locais, incluindo os cruzamentos setoriais para o desenvolvimento de novos produtos e serviços >Contributo para os resultados >Tipologia de Atividades MEDIDA 3 – EMPREGABILIDADE / MICROEMPRESAS Medida que engloba ações de apoio e estímulo direto a projetos de investimento perspetivando a dinamização e o crescimento da economia local. Concorre para a prossecução dos objetivos OE 3 > 3.a); 3.b); 3.c); 3.d); 3.e); 3.f); 3.g); 3.h); 3.i); 3.j) Ações A. Criação e desenvolvimento de empresas, de microempresas e da atividade por conta própria, incluindo “startups” B. Promoção de iniciativas empresariais na área da criatividade baseadas e inspiradas nos recursos patrimoniais e nas tradições rurais C. Qualificação de empreendimentos que assegurem níveis de qualidade nas unidades de Agroturismo, Casas de Campo (se integradas em aldeias) e Turismo de Habitação D. Eficiência energética dos edifícios de alojamento turístico e seus equipamentos complementares E. Incrementação da oferta de serviços de animação Turística comuns F. Consolidação da oferta de experiências transversais no Pinhal, assentes nos recursos do território (Turismo de Natureza, Gastronomia, Touring Cultural e Religioso, Turismo Criativo) G. Incrementação do número e qualidade dos processos de transformação de ideias em negócios, especialmente aqueles gerados por mulheres empreendedoras e/ou jovens empreendedores H. Criação de um ambiente favorável ao risco e disseminação da cultura do empreendedorismo >Contributo para os resultados >Tipologia de Atividades MEDIDA 4 – COESÃO SOCIAL Medida que engloba a iniciativas complementares para o desenvolvimento de competências pessoais e organizacionais numa perspetiva de autoafirmação dos agentes e do território. Concorre para a prossecução dos objetivos OE 4 > 4.a); 4.b); 4.c); 4.d); 4.e); 4.f); 4.g); 4.h) Ações A. Qualificação de recursos humanos para dar resposta às necessidades do tecido empresarial local B. Promoção da cidadania, da autoestima e do desenvolvimento pessoal como formas de inclusão C. Produção de conhecimento em torno do património cultural e natural como fator de desenvolvimento e inclusão social da população residente D. Promoção da economia social como resposta inovadora aos desafios da empregabilidade, inclusão social e preservação do património cultural e ambiental E. Reabilitação/modernização/ampliação de instalações de associações culturais, desportivas e de âmbito social F. Promoção da conectividade entre as aldeias rurais, por forma a agregar a sua oferta e animação >Contributo para os resultados >Tipologia de Atividades

## Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos/beneficiários apoiados	12,00	27,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	7,00	16,00	303 750,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização	Projetos/beneficiários apoiados	4,00	10,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4,00	10,00	765 450,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de Atividades na Exploração Agrícola	Projetos apoiados	2,00	5,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	5,00	273 501,78€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos/beneficiários apoiados	1,00	2,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	2,00	103 284,75€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos/beneficiários apoiados	2,00	5,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	1,15	2,90	413 139,01€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de Aldeias	Despesa Pública	100,00	229,52	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	2,00	206 569,50€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de investimento para a expansão e criação de pequenas e micro empresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas	Empresas que beneficiam de apoio	8,00	18,00	Postos de trabalho criados	10,00	24,70	662 833,95€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	73,00	182,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,11	0,25	14 729,64€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de áreas classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	292,00	730,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,42	0,98	58 918,58€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	25,00	63,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	40,00	60,00	1 073 167,56€

### Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de investimento para a expansão e criação de pequenas e micro empresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas/Património Cultural/Património Natural				Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	0,00	2,00	0,00€
--	-------	---	--	--	--	--	------	------	-------

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de investimento para a expansão e criação de pequenas e micro empresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas/Património Cultural/Património Natural	Estratégias (n.º)	1,00	1,00				0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	Projetos Apoiados	1,00	3,00				0,00€

### Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEADER	2 065 695,04€
FEDER	736 482,17€
FSE	1 073 167,56€
<b>Total</b>	<b>3 875 344,77€</b>

### Pressupostos

Foi com esta base e com os pressupostos abaixo indicados que chegámos aos indicadores de resultados a atingir. Pressupostos assumidos: - Desconhece-se o número final de DLBC Rurais, mas admitimos que sejam 47, de acordo com o estabelecido no PDR 2020; - Com base na experiência nos Quadros Comunitários anteriores em que alocámos a totalidade das verbas e em que tivemos uma taxa de execução superior a 100%; - Após e-mail do PDR2020 a dar conhecimento do n.º de PA's aprovados(33) e rejeccionados sem dotação (8) relativos ao FEADER do TI; - Desconhece-se o número final de DLBC Rurais a criar na Região Centro, mas admitimos que sejam 15, de acordo com o objetivo do PO Regional; - Desconhecem-se os critérios de alocação financeira do FEADER, no PDR 2020, do FEDER e FSE no PO Regional a cada DLBC Rurais, mas admitimos que o valor seja os valores do quadro seguinte; - Desconhece-se o critério de distribuição das verbas por ação do FEDER e FSE, pelo que se admite que venha a ser feita de acordo com o quadro seguinte; Com esta base de trabalho e com os pressupostos assumidos e acima explicitados, chegámos ao seguinte quadro de previsão de Pedidos de Apoio, que serviu de base para o cálculo dos resultados esperados. (ver Anexo I - Quadro 6) Consideram-se os valores de despesa pública acima identificados estimados a partir dos dados conhecidos, como manifestamente insuficientes para justificar a dinâmica da região condicionado de forma significativa o investimento no desenvolvimento rural do Pinhal. De facto, no Eixo 3 do PRODER, o Pinhal contou com um envelope financeiro de despesa pública de 6,6 milhões de euros, muito acima do que se afigura com esta previsão, o que permitiu aprovar 131 PA's e criar 212 postos de trabalho. Apesar da dimensão do valor da despesa pública disponibilizada pelo Eixo 3 do PRODER, não nos foi possível satisfazer todos os PA's e as intenções manifestadas. Perante esta situação, colocam-se fortes expectativas de que no momento intercalar, a efetuar 2 anos após o presente Aviso, seja possível reforçar os montantes de despesa pública estimados a afetar ao DLBC do Pinhal, permitindo consequentemente, apoiar um número alargado de PA's e de projetos geradores de valor e de emprego.

### **Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)**

A Cooperação é um desafio que se coloca ao nosso território, porque nos pode dar um “sangue” novo ao nível da implementação de estratégias de divulgação/promoção e de trocas de experiências com outros territórios. Temos consciência das nossas limitações enquanto território de baixa densidade e o que isso implica, mas, ao mesmo tempo acreditamos que temos valores suficientes, desde o saber-fazer ao saber-ser, que são portas de oportunidades que nos valorizam. Acreditamos que sozinhos neste caminho do desenvolvimento não podemos chegar a bom porto. É neste contexto de abertura ao exterior, tanto a nível regional, nacional e internacional que a cooperação surge como vetor estratégico para o Pinhal. É necessário reforçar e aperfeiçoar iniciativas, dinamizar e assegurar a divulgação de saberes e conhecimento através da transferência de experiências. Temos que orientar a nossa visão para projetos que proporcionem intercâmbios, aquisição de novas técnicas e de know-how que se torne uma mais-valia para o desenvolvimento do Pinhal. Temos que promover a economia de escala, articulando e colocando em comum as diversificadas experiências de cada um, assim como os meios e recursos que, utilizados isoladamente, serão insuficientes. Pretendemos criar laços de partilha, promoção e comercialização, para alargarmos os nossos produtos a novos mercados, à realização de intercâmbios empresariais, culturais e à troca de boas práticas. Assim enumeramos 4 áreas temáticas: Investigação/Inovação; Turismo; Empresarial; Capital Social e Redes de Cooperação.

Delineámos como objetivos estratégicos a valorização dos recursos endógenos, a promoção do desenvolvimento sustentável do território, a criação de emprego e a fixação da população. Os objetivos a alcançar conduzem-nos à potenciação e identificação do território através dos seus produtos locais, de forma a que o território-produtos-turismo se entrelacem gerando sinergias que favoreçam a promoção e comercialização; organização de uma rede de produtos de qualidade ligados ao território; oferta aos produtores, a informação e orientação para os seus produtos alcancem os mercados internacionais, capacitação e qualificação dos atores dos territórios rurais, em particular as organizações e os técnicos de desenvolvimento local; promoção da articulação dos atores do território (parcerias horizontais para a ação) e destes com outros (parcerias estratégicas verticais) de nível regional, nacional e internacional (PALOP, Brasil e países da UE) de forma a debater, definir e desenvolver estratégias conjuntas para ultrapassar os problemas de cada território. O que acresce uma mais-valia para o território, possibilita a introdução de novos métodos de trabalho, a adaptação dos produtos do nosso território ao que se procura no mercado global, nomeadamente nos mercados europeus, brasileiro e africano. A homogeneidade de conhecimentos, diversificação da estratégia de intervenção, aumento da procura turística, melhoria das condições dos operadores locais para uniformizar a qualidade dos serviços locais, organização do território para consolidar a oferta turística em forma de programas turísticos qualificados e comercializáveis, em particular os técnicos estarão mais capacitados para facilitação de processos de desenvolvimento local e de animação territorial e fomento da capacidade para responder de forma adequada às mudanças do mercado.

## Modelo de Governação

### Modelo de Governação

#### **Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição**

A Pinhal Maior é uma associação de desenvolvimento local constituída por um conjunto alargado de instituições representativas do tecido económico, administrativo, educativo, investigação, social e cultural do Pinhal.

A parceria é constituída pelos associados da Pinhal Maior e por outros atores do território de intervenção. Neste conjunto de atores incluem-se instituições de âmbito local e regional, cobrindo todas as áreas – agricultura/floresta, indústria, comércio, turismo, ensino profissional e superior, solidariedade social, desenvolvimento local, administração local, empreendedorismo, instituições de crédito, associativismo, cultura e desporto.

O conjunto destes atores corresponde à parceria local. Esta reúne em Assembleia Geral de Parceiros, que é o instrumento de gestão para a governança, pois é um exercício de democracia e participação da sociedade civil, através da interação dos seus representantes. Nomearam a Entidade Gestora e elegeram os seguintes Órgãos: Comissão de Acompanhamento Estratégico, Órgão de Gestão e Grupos de Trabalho.

São competências dos diferentes Órgãos da Parceria GAL Pinhal Maior:

**A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO ESTRATÉGICO**

Composto por 3 membros: 1 membro da Assembleia Geral da Pinhal Maior e 2 membros da Parceria GAL

Pinhal Maior. Tem a responsabilidade de velar pelo fiel cumprimento da estratégia definida e recomendar os ajustamentos julgados pertinentes.

São competências da Comissão de Acompanhamento Estratégico:

- Definir as linhas de orientação da parceria, no que respeita à prossecução dos seus objetivos;
- Interpretar e alterar o presente Regulamento;
- Avaliar e acompanhar a implementação da EDL;
- Determinar a dissolução da Parceria GAL PINHAL MAIOR, por maioria de quatro quintos de todos os parceiros;
- Aprovar a admissão de novos parceiros mediante proposta do Órgão de Gestão ou da Direção da PINHAL MAIOR, por maioria simples dos presentes;
- Substituir elementos que perderam a qualidade de parceiros ou que abandonaram a Parceria GAL PINHAL MAIOR e que compunham alguma das estruturas da Parceria, mediante proposta do Órgão de Gestão ou Direção da PINHAL MAIOR, por maioria simples dos presentes;
- Garantir a operacionalização das intervenções que venham a ser aprovadas pela Parceria;
- Emitir pareceres e análises setoriais sobre todas as questões que lhe venham a ser colocadas pelos outros órgãos da Parceria.

### O ÓRGÃO DE GESTÃO

Composto por 7 membros: 3 membros da Direção da Pinhal Maior, 3 membros da Assembleia da Pinhal Maior e 1 membro da Parceria GAL Pinhal Maior. Tem a responsabilidade de assessorar a entidade gestora na dinamização da implementação das ações programadas.

São competências do Órgão de Gestão:

- Garantir, de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da EDL;
- Assegurar a participação dos parceiros locais na implementação, no acompanhamento e na avaliação da estratégia definida e cumprir com as recomendações decorrentes dessa participação, e, se necessário, propor ao Conselho de Acompanhamento Estratégico, alterações na EDL, de forma a alcançar os objetivos propostos;
- Representar a Parceria junto das autoridades nacionais e comunitárias;
- Elaborar o Regulamento Interno de funcionamento.

### ESTRUTURA TÉCNICA LOCAL – ETL

A ETL está integrada na estrutura técnica do GAL PINHAL MAIOR, sendo composta pelas seguintes áreas:

- Coordenação – responsável pelo cumprimento no disposto na EDL, legislação comunitária, nacional, orientações das Autoridades de Gestão e de Pagamento, e Órgão de Gestão.
- Departamento Técnico de Planeamento e Projetos – responsável pela gestão e implementação de projetos nacionais, internacionais e de parcerias, nomeadamente elaboração de Regulamentos Internos, emissão de pareceres técnicos sobre a admissibilidade e mérito dos pedidos de apoio apresentados, acompanhamento dos pedidos de apoio, análise de pedidos de pagamento, recolha e tratamento de informação, bem como assegurar os procedimentos necessários à realização da avaliação contínua da EDL e preparar relatórios de execução.
- Departamento Administrativo e Financeiro – responsável pela organização contabilística, secretariado e apoio administrativo, assim como assessoria ao Departamento Técnico de Planeamento e Projetos.

Haverá uma separação de funções, ficando um técnico responsável pela componente financeira dos projetos, nomeadamente a análise dos pedidos de pagamento e acompanhamento da execução do respetivo investimento e outro pela análise de candidaturas.

A Comissão de Acompanhamento Estratégico, o Órgão de Gestão e a Estrutura Técnica Local podem ser consultados no Anexo I Quadro 7.

### **Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados**

O acompanhamento e a monitorização permanente dos projetos aprovados e a garantia do cumprimento dos objetivos e metas definidos na EDL serão levados a cabo pela ETL, através de:

- Reuniões de trabalho e de contactos com os beneficiários;
- Realização de visitas técnicas;

- Análise aos documentos de despesa;
- Avaliação dos relatórios de execução/encerramento.

Os mecanismos de acompanhamento e monitorização dos projetos possibilitam-nos identificar alguns desvios e assim efetuar alterações que possam levar à sua reprogramação.

Durante a execução da EDL estão previstos os seguintes mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação:

#### Avaliação interna

Elaboração de relatórios de avaliação anual a aprovar pela Assembleia Geral de Parceiros

No final de cada ano será realizado o Relatório Anual de Avaliação, o qual apresentará de forma clara e sucinta a informação sobre os projetos aprovados, os pedidos de pagamento e os resultados alcançados, por forma a avaliar os resultados e metas traçados, podendo introduzir alterações na intervenção da parceria e/ou na EDL.

#### Comissão de Acompanhamento Estratégico

A Comissão de Acompanhamento Estratégico reunindo, no mínimo com a periodicidade anual, para apreciar e emitir parecer sobre o Relatório de Execução Anual, e sempre que o Órgão de Gestão peça para se pronunciar e emitir pareceres sobre assuntos relacionados com o acompanhamento e a avaliação da EDL. A sua opinião é de grande relevância na medida em que deverá certificar o acompanhamento e a monitorização da EDL ao longo da sua execução.

#### Avaliação externa

Para certificar a consistência dos resultados e metas definidos, serão realizadas uma avaliação intermédia e uma avaliação final, para assim ponderar a necessidade de introduzir alterações na parceria ou na EDL.

As avaliações externas serão efetuadas com recurso a avaliadores independentes e credenciados para o efeito em dois momentos:

1º em 2018 – avaliação intermédia – esta avaliação será realizada através da emissão de um parecer por um avaliador externo, o qual recairá sobre os relatórios anuais de execução de 2015, 2016 e 2017;

2º em 2021 – avaliação final - consiste na elaboração de um estudo avaliação externo, que se baseará na recolha de informação junto de promotores e da parceria, bem como de outras fontes externas à parceria.

#### Seminários de apresentação pública das avaliações externas

Após a realização das avaliações externas serão realizados seminários de disseminação dos resultados, de forma a refletir sobre os resultados e as medidas a tomar para a prossecução dos objetivos da EDL.

Tanto na avaliação interna como externa irão ser submetidas regularmente a um sistema dito de – “SAP – sistema de aquisição de competências, pela auto avaliação participada e assistida” – cujas características nos permitimos apresentar sucintamente.

#### O MÉTODO DE AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS PELA AUTO-AVALIAÇÃO PARTICIPADA E ASSISTIDA/

1. Por “auto – avaliação” entenda-se a avaliação feita exclusivamente por membros do corpo técnico afeto ao Projeto (equipa técnica, GAL Pinhal Maior).

2. Por “auto – avaliação participada” entenda-se um processo de avaliação, também com a participação dos membros da parceria.

3. Por “auto – avaliação participada e assistida” entenda-se um processo de avaliação com os participantes mencionados anteriormente, mais três elementos estranhos ao projeto. Onze elementos. Mais um avaliador externo, experiente na aplicação do método.

4. O método pode aplicar-se a exercícios diferenciados, quer pelo número de participantes, quer pelo número de itens a avaliar e pontuar, quer ainda pelo objetivo específico de cada exercício.

5. O método está pensado para ser usado com grande elasticidade, segundo as exigências específicas de cada situação concreta, competindo à equipa técnica de cada projeto, definir coletivamente pelo rigor desejado, aumentando ou diminuindo desde o início os indicadores a avaliar e o número de participantes de cada painel.

6. É absolutamente obrigatório que os painéis de avaliação, sejam compostos pelas mesmas pessoas do princípio ao fim, ou seja, desde a condição de partida até à chegada final.

7. O modo e o rigor metodológico da execução do método influem no tempo gasto e na qualidade e credibilidade dos resultados finais.

8. O método SAP, criado pela célula Portuguesa de animação e avaliação do LEADER II mereceu largo consenso de aprovação pelos técnicos da Comissão Europeia daquela altura, conforme o exemplo demonstrativo do Método SAP.

EXEMPLO DEMONSTRATIVO MÉTODO – SAP - Os resultados de cada sessão de avaliação dão origem a um gráfico idêntico ao presente no Anexo I Quadro 8.

9. Cada reunião dará origem ao preenchimento dum mapa de avaliação e um gráfico que registará o evoluir da concretização dos objetivos definidos segundo os indicadores em análise.

10. Para acompanhar e orientar o desenrolar do processo de conceção e execução desta DLBC/EDL adotaremos apenas um tipo de painel, o tipo 3, que permitirá a implicação de participantes de todas as estruturas internas e externas ligadas ao projeto segundo as disponibilidades orçamentais que vierem a verificar-se, estabelecendo duas reuniões anuais.

A título de exemplo, apresentamos de seguida um gráfico facilitador da compreensão visual do método. Os indicadores sujeitos a avaliação permanente seriam oito e a constituição do painel teria o seguinte perfil: Indicadores a analisar:

- 1 – dispositivos de envolvimento das comunidades locais;
- 2 – instrumentos organizativos e de gestão;
- 3 – sistemas de monitorização da execução de projetos aprovados;
- 4 – funcionamento global e individual da parceria;
- 5 – cooperação das comunidades locais;
- 6 – difusão / promoção no território da ELD;
- 7 – promoção da empregabilidade;
- 8 – execução financeira.

#### COMPOSIÇÃO DO PAINEL PERMANENTE DE AVALIAÇÃO

Membros da equipa técnica.....	2
Membros da parceria.....	9
Sendo:	
Operador turístico no território.....	2
Técnico serviço social no território.....	3
Técnico da área florestal.....	2
Técnico educativo.....	2
Técnico afeto projeto.....	1
Coordenador responsável projeto.....	1
.....	11 elementos

## Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Protocolo de parceria	Acordo de Parceria Territorial.pdf	24/07/2015 15:43	195787927
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-008.pdf	24/07/2015 16:05	195787927
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	Ata_Comissao Acompanhamento Estrategico.pdf	24/07/2015 15:44	195787927
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	Orgao de Gestao e Estrutura Tecnica.pdf	24/07/2015 15:43	195787927
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-008.pdf	11/09/2015 13:08	
Outros	Anexo1.pdf	11/09/2015 13:04	503426075
Outros	Anexo2.pdf	14/12/2015 16:27	195787927